

As Origens do Associativismo e do Sindicalismo de Professores do Estado do Maranhão: uma perspectiva histórico-social da educação maranhense (1964-1985)

Carlos Bauer¹

Vanessa Amorim Dantas²

RESUMO

Nesses escritos são retomadas algumas passagens da educação pública no estado do Maranhão, desde os anos em que o Brasil esteve sob a égide do regime militar, instalado pela força em 1964, até a retomada democrática no país, realizada a partir dos meados da década de 1980. Tem-se como objetivo analisar os embates que se produziram entre as forças políticas estabelecidas no aparato estatal e os trabalhadores em educação nesse controverso período histórico. Imbuídos dessa perspectiva, os autores buscam delinear o percurso educacional vivenciado pelos maranhenses, a partir da compreensão crítica do contexto sociopolítico daquele momento, da análise das disposições políticas educacionais no domínio federal e sua incidência na esfera estadual; com isso localizam as possíveis modificações ocorridas no ensino com a ascensão de novos sujeitos políticos ao governo, como também os pontos nevrálgicos que estão presentes nas lutas deflagradas pela valorização da docência num tempo social reconhecidamente conturbado. Com o estudo dessas trajetórias e suas repercussões nos movimentos associativistas e sindicais dos trabalhadores em educação, procura-se contribuir para ampliação de pesquisas de cunho histórico-educacional e, sobretudo, da história social daqueles que fazem a educação no Maranhão em sua cotidianidade.

Palavras-chave: APEMA. História da educação. Maranhão.

1 Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho PPGE-UNINOVE. Doutor em História pela FFLHC/USP. Pós-doutoramento em Educação pela Faculdade de Educação Unicamp. E-mail: professorcarlosbauer@gmail.com.

2 Professora de Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação de São Luís - SEMED e Secretaria de Estado da Educação do Maranhão - SEDUC. Mestranda em Educação pela Universidade Nove de Julho - PPGE-UNINOVE. Pesquisadora do Grupo de Teoria e História Social da Educação - GRUPHIS. E-mail: vanessappge@uninove.edu.br.

The origins of Associations and Teachers Labor Union from the state of Maranhão: a history-social perspective maranhense education (1964-1985)

ABSTRACT

In these writings are taken some passages of public education in the state of Maranhão, from the years when Brazil was under the aegis of the military regime, installed by force in 1964, to the democratic revival in the country, held from mid- 1980. Which objective is to analyze the conflicts that took place between the political forces established in the state apparatus and workers in education in this controversial historical period. Imbued with this perspective, the authors seek to outline the educational journey experienced by maranhense people, from the critical understanding of the socio-political context of that time, the analysis of education policy provisions in the federal domain and its impact on the state level; thereby locate the possible changes occurred in education with the rise of new political subjects to the government, as well as the hot spots that are present in the struggles triggered by the appreciation of teaching in an admittedly troubled social time. With the study of these trajectories and their impact on associative movements and unions of workers in education, it seeks to contribute to expand research of historical and educational character and, above all, the social history of those who make education in Maranhão in its daily life.

Keywords: APEMA. History of education. Maranhão.

Los Orígenes del Asociativismo y Sindicalismo de Maestros del Estado de Maranhão: una perspectiva histórica social de la educación maranhense (1964-1985)

RESUMEN

En estos escritos se retoman algunos pasajes de la educación pública en el Estado de Maranhão, desde los años en que Brasil estuvo bajo la égida del régimen militar, instalado por la fuerza en 1964, hasta la

recuperación democrática en el país, celebrada desde mediados de la década de 1980. Tiene como objetivo analizar los embates que tuvieron lugar entre las fuerzas políticas establecidas en el aparato del Estado y los trabajadores de la educación en este período histórico controvertido. Imbuidos de esta perspectiva, los autores tratan de delinear el camino educativo experimentado por los ciudadanos de Maranhão, desde la comprensión crítica del contexto sociopolítico de la época, del análisis de las disposiciones políticas educacionales en el dominio federal y su incidencia en el ámbito estatal; con eso localizan los posibles cambios ocurridos en la educación con la ascensión de nuevos sujetos políticos al gobierno, así como los puntos críticos que están presentes en las luchas deflagradas por la valorización de la docencia en un tiempo social reconocidamente conturbado. Con el estudio de esas trayectorias y sus impactos en los movimientos asociativos y sindicatos de trabajadores en educación, se busca contribuir para ampliar las investigaciones de carácter histórico y educativo y, sobre todo, de la historia social de aquellos que hacen la educación en Maranhão en su cotidianidad.

Palabras clave: APEMA. Historia de la educación. Maranhão.

Introdução

Esse estudo aborda algumas questões que dizem respeito à história social da educação no Estado do Maranhão. Razão pela qual procuramos delimitá-lo e priorizar o esforço organizativo, a trajetória da categoria profissional dos professores públicos da educação básica maranhense e a demarcação da periodização estabelecida entre os inícios da década de 1960 até os meados dos anos 1980. Como fontes documentais foram utilizadas matérias veiculadas no Jornal Pequeno e n'Ó Imparcial, periódicos maranhenses de grande circulação.

Essas duas décadas de história produziram momentos que marcaram profundamente a sociedade brasileira; como também a transição da atuação dos docentes no amparo dos seus interesses corporativistas e do caráter associativista de suas ações – com a Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), para a sua integração no movimento sindical brasileiro e a defesa política de

suas reivindicações – com a fundação do **Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Pública Estadual e Municipal do Maranhão (Sinproesemma)**.

Danusa M. Almeida em seus estudos, descreveu com pertinência esse processo de mudanças nas formações organizacionais sindicais e associativistas dos docentes brasileiros:

[...] Desde o ano de 1978, em alguns estados brasileiros são identificados movimentos reivindicatórios comandados por docentes que se posicionaram contra a política do Estado e a favor de uma reforma na educação que visasse tanto à melhoria de condições de trabalho dos professores, aos melhores salários, como à ampliação da rede pública e melhoria na qualidade do ensino. As associações, especialmente aquelas lideradas por setores mais combatidos, influenciadas pelo movimento **novo sindicalismo** começaram a organizar congressos no intuito de discutir a formação do movimento sindical docente e debater novas propostas para a educação brasileira [...]. (ALMEIDA, 2011, p. 136, grifos da autora).

De nossa parte, ao procurar reconstruí-los tivemos a finalidade de colaborar com a ampliação das pesquisas preocupadas com a história da educação maranhense e, ao mesmo tempo, reconhecer que, no âmbito da pesquisa histórica da educação brasileira, são poucos os estudos dedicados a esse estado da federação.

Prestes a completarmos trinta anos da conquista da democracia e do Estado de direito, torna-se possível identificar que as consequências da política educacional implantada pela ditadura civil-militar e seus ideais continuam presentes na educação brasileira. Como afirmam Ferreira Júnior e Bittar (2006), o que explica determinadas permanências é a descontinuidade sem ruptura, isto é, a passagem de uma ordem institucional para outra conservando elementos estruturais da anterior. Nesse aspecto, acreditamos ser oportuno o estudo do contexto educacional maranhense, no período supracitado, sobretudo do impacto sofrido pela escola pública de educação básica, que foi a mais atingida pelos efeitos da repressão. No entanto, não existe a intenção de fazermos apenas um trabalho descritivo, mas, sim, compreender as condições

que desencadearam o surgimento das mobilizações dando origem à organização como método de luta dos trabalhadores em educação, pontuando conquistas, derrotas, experiências de organizações política e sindical que tiveram importante papel social, notadamente, na esfera educacional nesse período.

Esse resgate histórico possibilitará compreender os primeiros passos da organização dos professores e seus desdobramentos políticos posteriores, bem como suas formas de mobilizações que desencadearam a fundação do maior sindicato de trabalhadores em educação do Maranhão, contando atualmente, com cerca de 30 mil filiados.

Alguns autores justificam o pouco interesse de pesquisadores por essa temática, afirmando que a mesma é vista como um tema marginalizado. Porém, é necessário considerar o predomínio do pensamento e dos valores liberais burgueses na sociedade ocidental para conseguirmos entender tal ponto de vista. Na contramão dessa hegemonia, temos observado que o número de estudos sobre o tema têm se alargado, com isso temos a disseminação de sua relevância social e uma melhor compreensão do significado que essas lutas representam para a transformação e promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, paulatinamente,

[...] o que se constata é um significativo crescimento na quantidade de trabalhos publicados a respeito da organização sindical docente nas últimas décadas, em especial, dos anos 80 em diante. Pode-se acompanhar o tema como objeto de estudo de variadas teses, dissertações, artigos de revistas, livros, periódicos, entre outras publicações. Constituiu-se inclusive uma Rede de pesquisadores que se dedica ao tema, intitulada: Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (REDE ASTE). Tal Rede, através da organização de Seminário, destina-se como espaço para divulgação e discussão da produção acerca da referida temática. (KLUMB, 2012, p. 2).

Klumb (2012) apresenta a produção teórica no campo do movimento sindical de trabalhadores em educação no Brasil, e aponta inúmeros caminhos já trilhados por pesquisadores em trabalhos

desenvolvidos nas últimas décadas, delimitados em diferentes épocas e espaços. Ela também observa a importância do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores da Rede ASTE para o fortalecimento e a consolidação acadêmica desse campo de estudos. Dentre eles, podemos citar: Bauer; Diniz e Paulista (2013); Boito (1991); Câmara (2013); Dal Rosso (2011); Ferreira (2006); Ferreira Junior (1998); Gindin (2011); Gohn (2009); Rêses (2008); os quais têm influenciado trabalhos de diversos pesquisadores por todo o país. Torna-se ainda relevante mencionar que os objetos de pesquisa em educação só ganham importância política e social se forem compreendidos por um enfoque crítico.

Breve panorama da educação básica, o regime e as reformas no Brasil da década de 1960

O governo militar, com seu regime centralizador, se esmerou em controlar o país de diversas formas. A educação estatal foi utilizada para a difusão das premissas morais e dos conceitos ideológicos por eles defendidos. O golpe civil-militar pôs o Estado brasileiro sob o comando das forças armadas, aliados a setores da burguesia nacional e os representantes dos monopólios internacionais, além de mantê-lo alinhado aos interesses estadunidenses. Este Estado teve como uma de suas características a despolitização, comum a regimes autoritários, uma vez que, nesses regimes, é proibido fazer política sob a pena de sofrer sanções ao infringir tal premissa.

A ditadura civil-militar instaurada em março de 1964 estava imbuída de um conjunto de desígnios e ações reacionárias, além de caracterizar-se como um regime coercitivo, com o viés de desenvolvimento associado, embasado na indústria e no capital estrangeiro, o que preconizou o chamado “milagre econômico”, política dos militares e empresários em favor do monopólio econômico, baseado no crescimento das taxas de concentração de renda – aumentar o bolo para depois dividi-lo, no dizer do famoso jargão oficial – e na contenção dos movimentos sociais populares (HILSDORF, 2003), neste caso apoiado na ideia de segurança nacional, sobretudo no combate ao perigo comunista que, então, apregoavam assolar o país.

Com o passar do tempo, o regime de exceção também fez o uso de inúmeros decretos-leis, enviesados de autoritarismo que, no ano de 1968, tomou proporções maiores, com o Ato Institucional nº 5, o AI-5 –, marcado pela repressão e perseguição aos opositores do projeto social, econômico e político defendido pelos militares.

Nos anos seguintes ocorre o aprofundamento da ditadura, ou seja, atos de censura, prisões políticas arbitrárias e práticas de tortura ocorriam em crescente escala, amparadas pelos Atos Institucionais (AI) que conheceram seu clímax com o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968. Antes, no mesmo ano, pronunciamentos dos deputados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) Márcio Moreira Alves e Hermano Alves, que entre outras coisas, apelavam para que o povo não participasse dos desfiles militares de 7 de setembro foram considerados como provocações aos militares. Seguiram-se meses tensos e de impasse. Houve a solicitação do governo ao Congresso Nacional para cassação dos dois deputados. Um dia após ter a solicitação recusada pela Câmara, durante o governo do general Costa e Silva, é decretado AI-5, que vigorou até dezembro de 1978, produzindo ações arbitrárias de efeitos duradouros. Pode-se entender como sombrio esse momento da história brasileira, à medida que este era também o período mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. (D'ARAÚJO, 2000).

Nas escolas, esse controle se deu por meio da censura ao conteúdo ensinado, aos livros adotados, aos termos que podiam ser usados e do cerceamento explícito do trabalho dos educadores. A disciplina de história passou por medidas restritivas, tanto no âmbito da formação como, também, na atuação dos professores. O currículo foi reorganizado no sentido de desempenhar a função de principal instrumento de controle ideológico e romper com quaisquer possibilidades de resistência ao regime imposto.

As Comissões da Verdade³ têm evidenciado a grande perseguição contra professores com e sem histórico de militância política em função

3 Grupos formados para investigar a violação de direitos humanos ocorridas no Brasil,

de seus posicionamentos ideológicos. Muitos foram calados para sempre, alguns se exilaram, outros se recolheram a vida privada, houve os que foram demitidos, trocaram de profissão e os menos afortunados acabaram presos, torturados, chegando, muitas vezes, a terem suas vidas ceifadas pela violência, pelo estado de terror instalado no país.

Professores que vivenciaram aqueles dias afirmam que o pensamento de Paulo Freire, por exemplo, era vedado em muitas escolas e também nos cursos de formação de professores. O professor e deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), conta que teve um livro didático censurado nesse período, chamado “História da sociedade brasileira”, e que outra forma de perseguição e controle a professores de 1º e 2º graus que passassem em concurso público, era a necessidade de apresentar um “Nada Consta” do Departamento de Ordem Política e Social – Dops em suas fichas de ingresso profissional.

Para dirimir as forças de pensamentos oposicionistas, os militares se preocuparam, ainda, com a disseminação de algumas disciplinas de caráter ideológico, como foi o caso de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica, regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1.969, que as tornou obrigatórias nas escolas do então 1º e 2º grau.

O regime militar expressou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: primeiramente invadindo universidades, depois prendendo estudantes, ferindo-os em confrontos com a polícia, sendo que alguns foram mortos, única forma de calar os artífices do movimento estudantil, culminando com a proibição de funcionamento e a destruição física da sede da União Nacional dos Estudantes; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores; e o Ministro da Justiça e da Educação, Luiz Antonio da Gama e Silva teria mesmo chegado a declarar publicamente que os **estudantes têm que estudar e não podem fazer baderna**.

Foi, então, com base nesse empobrecido ideário que se promoveu uma modernização conservadora, o que, na análise de Bauer (2012) gerou um tipo específico de pobreza associado à modernidade

por agentes do Estado, no período que antecedeu a ditadura civil-militar até a transição democrática.

urbano-industrial, que se desenvolveu de forma vertiginosa, no Brasil, porém com esse modelo conservador da modernização da economia brasileira, o imperialismo se instalou no interior de sua estrutura. “O imperialismo estabeleceu sua dominância direta no interior do país, determinando um desenvolvimento dependente do capitalismo e aniquilando ou reduzindo a guetos os que se dispunham traçar um caminho alternativo” (BAUER, 2012, p. 61).

No entanto, mesmo com toda repressão e o esforço policesco efetivado na perseguição daqueles que haviam ousado efetivar as mais diferenciadas formas de resistência e burlar as arbitrariedades cometidas pelo regime, a década de 1960 terminava com a reivindicação dos mais variados segmentos sociais pela redemocratização das relações políticas no Brasil. Nesse momento, as organizações de professores cresciam por todo o país e com o discurso em defesa da educação tomando novos rumos. Isso porque, até então, a postura de muitos daqueles que faziam parte dos quadros do magistério era de passividade. Uma parte do professorado, inclusive, com suas associações, apoiou o golpe civil-militar perpetrado em 1964. Contudo, o cenário instaurado naquele momento, promoveu entre a categoria, o florescimento de um novo olhar, crítico, constituído com base nas práticas de resistência contra a opressão oriunda do regime ditatorial.

As reformas educacionais implementadas por meio das Leis nº 5.540/68 e 5.692/71 foram um divisor de águas na composição social da categoria dos professores de 1º e 2º grau no que diz respeito às transformações ocorridas na sua origem econômica e cultural. Os estudos de Ferreira Júnior e Bittar propiciam uma reflexão esclarecedora sobre a categoria dos professores públicos nos idos da década de 1970.

Do ponto de vista da extração social, a nova categoria dos professores públicos do ensino básico resultou, fundamentalmente, de duas vertentes da estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea. A primeira foi constituída por aqueles que sofreram um processo de mobilidade social vertical descendente, ou seja, pertencia as camadas da burguesia ou das altas classes médias e foram proletariados econômica e socialmente no curso de monopolização que as re-

lações de produção capitalistas tomaram nas últimas décadas. Já a segunda, originou-se de determinadas frações das classes médias baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se beneficiaram da expansão da educação universitária, a partir dos anos 1970, e efetivaram uma mobilidade vertical ascendente na pirâmide da estrutura social. (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2006, p. 72).

A expansão da categoria dos professores era necessária, entre outras coisas, por conta da perspectiva dos artífices do regime de dar à formação educacional um caráter massivamente profissionalizante. Os defensores do ensino técnico argumentavam que essa modalidade haveria de contribuir, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira, porém essa ampliação constituiu-se social e culturalmente pela “via-crúcis” da política de arrocho salarial e da precária formação inicial pedagógica, tornando possível afirmar que a nova composição social dos professores nasceu sob o signo social da proletarização.

Amarílio Ferreira Júnior (1998) em *Sindicalismo e Proletarização: a saga dos professores brasileiros* analisa a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), no período de 1964-1985, abordando o engajamento dos professores na atuação do movimento sindical, contribuindo para o fortalecimento das demais organizações estaduais e a importância desses atores nas disputas travadas dentro do movimento com a organicidade da participação docente no enfrentamento da ditadura militar.

Uma das experiências mais marcantes da atuação dessa organicidade foi a de professores da Educação Básica, e na década de 1960, um dos congressos mais significativo da história docente, com a participação de várias entidades de diversos Estados brasileiros da vazio a fundação em 1960 da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), em Recife.

A organização sindical nesse período possuía mais um caráter pedagógico que reivindicativo, e que as questões de reivindicação só tomou espaço nos congressos a partir de 1970.

A confederação dos Professores Primários do Brasil, em outras palavras, filiou-se a uma entidade inter-

nacional de educadores que não tinha, necessariamente, como preceito basilar a luta sindical do tipo reivindicatória por melhores condições de vida e de trabalho, mas, sobretudo, fundada no entendimento da valorização profissional do magistério em torno de uma estérea valorização social. (FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 23).

Com a Lei 5.092/71, a CPPB faz algumas mudanças em seu estatuto e, transforma-se em (CPB) Confederação dos Professores do Brasil, isto em 1973, porém ainda neste período a instituição era conhecida pelo atrelamento à ideologia do regime militar, sendo considerada, “uma organização sindical de carimbo” (FERREIRA JÚNIOR, 1998).

Associado às reformas, além da ampliação do quadro de profissionais docentes no país, pensava-se também, em erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional, levando-se em conta as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região. Para extirpá-lo definitivamente foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF que, mesmo sem conseguir alcançar o seu objetivo e cercado de fortes denúncias de corrupção e a malversação de suas verbas, não foi extinto.

As políticas educacionais orquestradas e desenvolvidas pelo regime militar influenciaram rapidamente os sistemas educacionais estaduais de todo o país e o contexto educacional maranhense não se constituiu como uma exceção.

A conjuntura política e educacional maranhense antes de 1964

As circunstâncias políticas e educacionais experimentadas nacionalmente, nos instantes que imediatamente antecedem a ditadura civil-militar podem ser descritas sucintamente da seguinte forma:

A Normalidade democrática, o nacionalismo e o populismo caracterizaram a vida política nesse período, enquanto prosseguia a implantação da indústria pesada e acentuava-se o crescimento da indústria leve. Radicalizaram-se posições ideológicas com as esquerdas e as direitas surgindo, de forma atuante, no cenário nacional. Quanto à educação, esse período

se caracterizou pelo reinício das lutas ideológicas, em torno do projeto de Lei das Diretrizes e Bases. (ROMA-NELLI, 1978, p. 129).

Não desprezando a análise alguns desses aspectos do cenário brasileiro, prosseguimos na tentativa de localizarmos suas repercussões no Estado do Maranhão e suas implicações no âmbito educacional. Neste sentido, é preciso também abarcar a forma como se estruturou a política partidária, até o início da década de 1960. Os senhores de terra, que ali dominavam o setor rural, e os povoados do interior do Estado, perduravam o paradigma do “coronelismo” político herdado do período da República Velha. Assim, a política se processava nas relações estabelecidas pelos chamados coronéis, o governo estadual e o governo federal.

É nesse momento que visualizamos a acentuada presença de Victorino Freire, em torno do qual se desenvolveu uma prática baseada no assistencialismo e no clientelista, com a qual manipulou a política do Estado e dominou, com mãos de ferro, o Maranhão por vinte anos.

A sua liderança montava-se na disciplina partidária e no respeito pelo chefe político dos Municípios que, segundo Vitorino, era a autoridade máxima na sua zona, mandando tanto quanto o Governador, que na maioria das vezes também era um coronel. Ostentava nos círculos políticos sua bandeira de luta, sintetizada na frase: “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei”. Como se percebe, prevalecia uma política pautada no clientelismo, na permuta de favores, que em última instância, estava a serviço dos interesses do grupo oligárquico, detentor do poder. (BONFIM, 1982, p. 16, grifo do autor).

Sendo essas as principais características da conjuntura político-social na qual viviam os maranhenses naquele período, não é de espantar que as fraudes eleitorais tenham sido largamente utilizadas para favorecer e sustentar a manutenção do *status quo* das elites locais. Mas também é importante observar que a oposição, de então, não poderia ser caracterizada como uma autêntica alternativa de poder, não dispendo de muita coisa para oferecer, política e programaticamente, a população! Sua existência mostrava-se fragilizada, sendo sempre

derrotada, inclusive, com o uso de trapaças eleitorais, uma vez que os poderes constituídos, inclusive, o judiciário legitimavam os poderosos de plantão.

Por sua vez, as bases da política educacional maranhense se amoldavam às características do coronelismo, ou seja, estruturavam-se tendo como o seu tripé de sustentação, as concepções autoritárias, o pragmatismo e o paternalismo praticados pelas autoridades estaduais há muito tempo. Em todo o sistema educacional estava intrínseco a reprodução dos interesses particulares dos detentores do poder e todo e qualquer acesso ao ensino realizado era “oferecido como favor” da parte dos coronéis e senhores aos desvalidos da terra.

Toda essa retrógrada disposição e ordem dos elementos que constituíam as raízes da educação maranhense podiam ser vistos pelo reflexo dos indicadores de acesso à escola. De acordo com os arquivos do Governo do Estado do Maranhão, nos anos 1960, a população escolarizável era de 275.000, no entanto, somente 61.071 tiveram acesso à escola, o que, evidentemente, deverá justificar o alarmante índice de que 64% da população fossem caracterizadas como analfabetas (MARANHÃO, 1971).

Bonfim (1982, p. 19) reconhece que o projeto educacional é parte do aparato direcionado pela organização sociopolítica e econômica maranhense, afirmando que “ela se atrelara ao poder dominante, adquirindo suas formas e recompondo suas nuances, tendo caráter iminentemente político, constituindo-se desse modo como um elemento a serviço da oligarquia”; como também da ideologia que esses grupos carregavam como uma fórmula eficiente para se perpetuarem no poder.

Reiniciavam nesse período as lutas ideológicas em torno da organização do sistema educacional que se faria com a efetivação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nesse contexto, as polêmicas que foram suscitadas diziam respeito à centralização ou a descentralização do controle do ensino pelo Governo Federal, a liberdade de ensino, a abertura didático-pedagógica para escolas de iniciativa privada e aos recursos que poderiam auferir dos cofres públicos. Esses interesses seriam respaldados, a partir de 20 de dezembro de 1961, com

a aprovação da Lei n. 4.024, mas, como já foi lembrado pela historiadora da educação Otaíza de Oliveira Romanelli (1978), a eficácia de uma lei depende dos homens que a aplicam.

No caso do Maranhão, “a Lei de Diretrizes e Bases teria atravessado esses fatores, visto que se algumas mudanças aconteceram não se poderia atribuí-las à existência de um texto legal a pressioná-las” (BONFIM, 1982, p. 104). Por conta disso, autora supracitada confirma que mesmo com a regulamentação da educação para todo o país, nesse estado os interesses de uma pequena minoria continuavam sobrepondo às necessidades da população. “Chega Newton Bello ao Governo do Maranhão (31/01/61) e desde sua campanha eleitoral enfoca a necessidade de incrementar o ensino particular por perceber a impossibilidade do Estado de arcar com todo o ônus da educação” (BONFIM, 1982, p. 104).

Esses reclamos também eram levantados pela Igreja católica que, agora, respaldava-se na nova lei e, através do seu alto clero, influenciava diretamente a política partidária maranhense, assumindo publicamente o seu interesse pelo ensino secundário. Manifestavam-se, evidentemente, não apenas pela perspectiva de beneficiar financeiramente com esse comércio educacional, mas pela doutrinação religiosa que desde tempos idos havia exercido com toda liberdade e amplo domínio social.

Nessa mesma época começaríamos a receber uma significativa “ajuda internacional” na área educacional e a sua intensificação, por meio dos programas e acordos firmados entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), deverá ocorrer a partir de 1965 (SAVIANI, 2008). Pela análise dos acordos MEC/USAID é possível verificar a predominância da ideologia liberal burguesa, a expansão e a consolidação do modelo econômico capitalista estadunidense em curso no Brasil.

Em nome da democratização do ensino, a expansão do sistema educacional deveria se dar com o respaldo legal. Porém, é notório que o acesso das camadas populares a educação, que haveria de se materializar com o espantoso e vertiginoso crescimento de matrículas ocorreu, bem como a estruturação do ensino profissionalizante, com a finalidade

de preparar o chamado exército de trabalhadores para ocupação de funções nas indústrias que estavam se instalando em seletas regiões do país.

Essa política veio a se potencializar no Maranhão e encontrar formas mais propícias a sua estruturação e condições objetivas para o seu desenvolvimento, a partir da ruptura do governo de Victorino Freire e a ascensão de José Sarney⁴ na administração pública maranhense.

O contexto político-educacional maranhense após 1964

O movimento golpista de 1964 trouxe algumas mudanças no cenário político maranhense e a predominância da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que haveria de atrair um amplo espectro de simpatizantes e adesistas de toda ordem, se constituindo como o principal partido do regime na região. Para Caldeira (1978, p. 87) “o sarneísmo, de modo direto, não é produto do udenismo local, [...] é produto da Revolução de 1964 (ou mais especificamente dos governos Castelo Branco e Costa e Silva) e da própria ARENA”.

Assim, com o apoio do Governo Federal, Sarney assumiu o Governo do Estado, em 1966, ironicamente, firmando o seu compromisso mudancista, eivado de valores éticos e a disposição de enterrar as mazelas que assolavam a sociedade no passado. Eis o que disse no dia de sua posse:

[...] nada temos a continuar, tudo temos a inovar, em nosso Estado [...] estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências de toda a ordem. Um passado em que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que, por tudo isso, deve ser sepultado para sempre. (CALDEIRA, 1976, p. 42).

Deste modo, Sarney procurou planejar seu Programa de Governo com base nas diretrizes desenvolvimentistas que na região sul e sudeste

4 José Sarney natural do Maranhão foi Deputado Federal (1955/1966), Governador de Estado (1966/1970), senador da República (1970/1985; 1991) e presidente da República (1985/1990).

já tinham forte atuação. Aliás, foi com esse discurso, que recebeu apoio direto do regime militar para ascender ao governo do Estado. Para viabilizar a implantação dos projetos industriais e agropecuários, o apoio do governo federal era fundamental, pois viabilizaria os recursos financeiros e a infraestrutura que demandariam para se consolidar.

Barbosa (2006) descreve com rigor o pensamento idealizado que estava sendo difundido e que tinha origem no projeto autoral de Sarney, intitulado de “Maranhão Novo”, trazendo à tona suas impressões de forma contundente, quando afirma:

Personalizando o projeto de um “Maranhão Novo”, José Sarney iniciou sua trajetória no comando da política maranhense. Cabe ressaltar que sua ascensão se deu na mesma medida em que os militares também assumiam o controle do aparelho de Estado brasileiro (CALDEIRA, 1978).

Tratava-se, para José Sarney, de superar (na verdade, recompor), no campo político, o que denominara “atraso” e decadência. Nesse sentido, foi ágil na criação de uma infraestrutura jurídico-política que possibilitasse o estreitamento dos laços com o capital monopolista. Apresentou as mudanças efetuadas no aparelho estatal como superação do atraso por meio da criação de novos dispositivos político-institucionais que, sob a égide da racionalidade burocrática, propiciassem a imediata ruptura com o passado. (BARBOSA, 2006, p. 2).

No entanto,

O corte simbólico entre o passado e o presente seria a marca que o diferenciaria da era vitorinista, identificada com o “velho” e com o “arcaico” da política maranhense. Articulando-se ao movimento de expansão do capitalismo monopolista no Brasil, sob a égide dos militares, o governo Sarney (1966-1970) adotou uma política desenvolvimentista, materializada na aliança Estado-capital privado e na subordinação da máquina estatal aos interesses da acumulação capitalista, sem prejuízo da forte presença oligárquica. (BARBOSA, 2006, p. 3).

Numa conjunção de fatores como esta, a educação pública deveria assumir uma importante tarefa na reprodução ideológica e

nas premissas modernizantes presentes no programa de governo “Maranhão Novo”. Bonfim (1982, p. 6) corrobora nessa análise e “situa a Educação como elemento político, por excelência”. Gradativamente, as políticas no setor educacional foram desenvolvidas nos moldes do que a autora classifica por “imediatismo” uma vez que o “governo não ponderou a realidade do Estado em suas múltiplas e diversas dimensões” (BONFIM, 1982, p. 8). Vangloriavam-se de que, a partir de então, haveria planejamento, porém, o cerne das decisões que constituíam a política educacional do país estava preenchido por aquilo que era necessário ao plano governamental de desenvolvimento econômico do país e não pelas reais necessidades educacionais da população maranhense.

Embora a política educacional da ditadura militar tenha sido direcionada para as reformas do ensino universitário (Lei 5.540/68) e do 2º grau – atual ensino médio – (Lei 5.692/71), seus efeitos foram devastadores para todas as etapas da educação básica e os seus resultados operaram sua lastimável precarização, não apenas no Maranhão, mas em todo país.

Os chamados Planos Trienais que haviam sido gestados na esfera federal, contando com o apoio estadunidense e da tecnocracia estatal, inclusive, dos quadros que atuavam no Ministério de Educação e Cultura (MEC), passaram a nortear as ações do Governo do Estado do Maranhão em todos os setores. Ao discursar para a Assembléia Legislativa, o Governador Newton Bello, em 1963, deixava claro, porém, que as empreitadas da USAID, foram anteriores ao golpe de 1964, e que o mesmo corroborava com as propostas da mesma: “Firmamos um convênio para a execução do plano trienal de Saúde. O Plano trienal de Educação está sendo presentemente estudado pelos técnicos da USAID/ Brasil” (BONFIM, 1982, p. 115).

Para dar sustentação ao Plano Trienal, no âmbito local, foi promulgada a Lei 2.335, no dia 13 de dezembro de 1963. Entre os seus objetivos estavam à reestruturação da Secretaria de Educação do Estado que passaria a se responsabilizar pela execução de um plano alheio a realidade social dos maranhenses. Além disso, enquanto a secretaria estava sendo reorganizada, foi criada também a Comissão Executiva do Plano Estadual do Maranhão – CEPEMA –, com a função, sobretudo, de

garantir meios para execução do Plano, uma vez que esta era responsável pela gestão dos recursos financeiros. Ao relatar a origem desses recursos, Bonfim (1982, p. 116) afirma, que:

É evidente que a ajuda maciça adviria da USAID, fato que motivaria o próprio direcionamento do Plano, contemplado com uma soma de recursos financeiros superior a qualquer pretensão do Estado, àquela época, para a condução da política educacional. Basta constatar que o índice geral de analfabetos no Maranhão era de quase 80%. Diria que a ajuda despontara para resolver os problemas quase crônicos do Estado, que responsabilizava a inércia e a carência do sistema educacional (falta de professores, equipamentos, mobiliário, material didático e salas de aula) “a insuficiência de recursos financeiros federais e estaduais destinados a esta finalidade”.

Havia a ideia de que para empregar esses recursos financeiros e suprir as necessidades que limitavam o desenvolvimento da educação no Maranhão, era mister vincular sua gestão a teoria da administração de empresas organizadas segundo o modo de produção capitalista. Isso porque “a escola constitui um empreendimento cuja administração não requer nenhuma consideração especial, a não ser, é lógico, levar em conta sua matéria-prima – o aluno” (RUSSO, 2004, p. 37).

Obviamente, do ponto de vista dos discursos emanados das autoridades, o objetivo seria mais auspicioso, aliás, conforme afirmou o próprio José Sarney num documento intitulado “Política Educacional do Maranhão” (1964), “o preparo da juventude maranhense para a vida do Maranhão”.

Documentos da Secretaria de Educação do Estado nos mostram que as escolas da rede estadual apontaram um crescimento significativo em número de matrículas, o que denotava o início da democratização do ensino no Maranhão. No entanto, uma nova problemática surge, pois na mesma medida em que cresciam os índices de matriculados, ampliavam-se também, a margem de reprovação e de evasão nessas instituições.

Num levantamento realizado em 1967 para Secretaria de Educação, observamos, por exemplo, que apenas 6,7% dos alunos que

ingressavam no primeiro ano tinham condições de cursar o ensino médio. Nessa mesma direção, havia um crescente percentual do analfabetismo, mostrando que embora houvesse o reconhecimento governamental desse preocupante e problemático quadro social, o mesmo não era suficiente para superá-la, mesmo que se afirmasse o compromisso com projetos com esse fim.

Com o reconhecimento dos mais variados e arcaicos problemas instaurados no Maranhão, as políticas educacionais passariam a preconizar a superação das desigualdades sociais e a mudança do currículo, objetivando o desenvolvimento econômico e inovador. Para isso, a Secretaria de Educação deveria estabelecer parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – que, por sua vez, passaria a prestar assessoria para as suas equipes de planejamento. Estas deveriam desenvolver projetos voltados para a preparação de recursos humanos que formariam o Programa Oficial de Educação do Estado.

A maioria dos projetos era voltada para o Ensino Médio e Superior, o que confirma a tendência tecnicista das políticas educacionais desenvolvidas naquele momento, sobretudo, para formação de recursos humanos. Foram poucos os recursos direcionados aos demais níveis de ensino, com isso, a educação básica maranhense enveredou por um caminho de abandono e sucateamento.

Os Projetos Bandeirantes, TV Educativa, Madureza, Centauro, João de Barro dentre outros, por mais que denotassem uma extraordinária “revolução na educação maranhense” alcançando um quantitativo expressivo em termos de matrícula e de afeição popular, pecava ao desconsiderar questões fundamentais. Bonfim (1982, p. 167-168), ao relatar suas impressões acerca do Projeto Bandeirantes descreve:

Assim, estaria encoberta a premissa de que se antes de 1966 não houvesse uma ação dinamizadora da educação de nível médio pelo Governo Estadual teria sido porque a forma de inclusão do Estado no modo de produção econômico não reclamara ainda esse tipo de educação. Tanto é que quando a equipe de planejamento interpreta o real, admitindo que tudo estava por ser feito no terreno educacional maranhense é porque está estabelecendo uma relação entre esse

fato e a nova forma econômica que ganharia o espaço maranhense. Até parece que antes mesmo dela ser anunciada, devessem estar todos os setores, inclusive o educacional, preparados e a serviço do seu atendimento. Desse modo, a ação política aflora de modo sutil, parecendo àqueles menos avisados que o atraso educacional seria apenas motivado pela estagnação do sistema e pela má administração dos governantes, encobrindo a relação simbiótica existente entre a estrutura econômica e o desempenho atingido pelo setor educacional: a escassez de escolas, a inércia do sistema de ensino corresponderia ao próprio estágio atingido pelas forças produtivas naquele Estado nordestino, ainda não capturado pelo novo estágio do sistema de produção.

Com o passar do tempo, ficou manifesto que os avanços não chegavam e que as condições materiais ainda eram muito escassas para que as questões educacionais fossem priorizadas no Maranhão. Além disso, os professores eram, dia após dia, desvalorizados, chegando ao nível de serem, inclusive, substituídos por “orientadores de estudo” durante a vigência dos projetos TVE e Madureza, que utilizavam o recurso da vídeo-aula, descartando-os sumariamente.

Também por esses dias, o Estado era o principal empregador do professorado brasileiro, contratando-os maciçamente; com isso, incorporava-se um grande número de filiados aos sindicatos e associações, e essas instituições sendo um poder abrangente dessa categoria aceleram a eclosão de greves com significativos números de adesão e participação.

O comportamento social que caracteriza os movimentos grevistas da categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, no final da década de 1970, era do tipo que já engendrava uma “consciência da solidariedade de interesses gestada entre todos os membros do grupo social”, e que questionava, ainda que do ponto de vista econômico, as bases jurídicas do Estado ditatorial brasileiro. (FERREIRA JÚNIOR; BITAR, 2006, p. 72, grifo do autor).

No que se refere ao quadro maranhense, ao fazermos um levantamento em periódicos de grande circulação, identificamos nos

jornais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno* inúmeras matérias com denúncias acerca das mazelas sociais refletidas na educação ao longo dos anos. Elas confirmam que as condições objetivas daquele momento foram decisivas para a organização da Associação de Professores do Maranhão – APEMA, fundada em 21 de dezembro de 1976.

Figura 1 - Professores lutam pela valorização profissional



Fonte: Jornal O Imparcial, 1978.

Em matéria publicada, no dia 16 de outubro de 1979, em *O Imparcial*, notamos a presença de notícias dos professores reivindicando melhores salários. Também é interessante observar, nessas mesmas páginas, como a professora de história, Maria das Dores Teixeira, traduz sua concepção de como deveria ser o perfil daqueles que atuavam como docentes ao afirmar que o “professor é uma profissão de esperanças, a gente sempre espera que um dia a coisa melhore e o nosso trabalho seja reconhecido. Em outras palavras digo que o professor ainda é um marginalizado” (PROFESSORES..., 1979).

Tais premissas haveriam de se estender por anos, como podemos constatar pelo teor reivindicativo da matéria publicada no *O Imparcial*, do dia 15 de agosto de 1982, na qual o professor Antonio Anacleto Ferreira, presidente da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), faz duras críticas ao descalabro e a

[...] miséria reinante no setor educacional; dos salários achatados, aos que durante todo este ano, não ganharam ainda os seus ordenados, como a maioria

dos professores dos Ginásios Bandeirantes, dos admitidos neste ano; além dos que lecionam em salas sujas, sem luz, sem água e sem ventilação, com crianças sedentas, sentadas no chão por falta de carteiras em inúmeros colégios. (PROFESSORES..., 1982).

Essa descrição envolvendo a degradação e a paupérrima situação da escola pública maranhense já vinha sendo caracterizada desde a década de 1970, mas perdurou e mesmo se acentuou nos anos 1980. Tanto é verdade que, em 21 de junho de 1984, identificamos uma paralisação de 800 professores do segundo grau, em virtude de terem ficado, desde o início da década passada, sem terem recebido quaisquer benefícios funcionais, além de terem os seus vencimentos suprimidos durante quatro longos meses.

Ferreira Júnior e Bittar (2006, p. 75) ao realizarem estudo sobre o período da ditadura militar e a proletarização dos professores apontam que esse não foi um problema específico de uma região ou localidade específica, mas que todo o sistema educacional do país foi atingido. Os autores afirmam ainda que

O arrocho salarial a que foram submetidos os professores durante o regime militar, aliado à expansão quantitativa das antigas escolas públicas de 1º e 2º graus, levou a categoria a transformar as suas associações profissionais, até então de marcante caráter recreativo, em verdadeiros sindicatos que passaram a formular e organizar a luta por melhores condições de vida e de trabalho. A maior expressão desse fenômeno foram as greves de milhares e milhares de professores, a partir do fim da década de 1970, em quase todos os estados da Federação. Esse tipo de movimento, pelo seu ineditismo à época, chamou a atenção da sociedade, que, a despeito de guardar da profissão uma imagem associada à abnegação e ao sacerdócio, apoiou as suas mobilizações.

Com a inflação desgovernada, houve diversos momentos em que as entidades sindicais do magistério reivindicavam reajustes na casa dos 250% para os rendimentos mensais dos seus representados. Reivindicações como essas demonstram a magnitude de defasagem salarial dos professores que atuavam nas escolas públicas. Mas a crise

era geral. As matérias nos jornais apontam a eclosão de inúmeras greves, realizadas por trabalhadores de todas as áreas do setor privado, inclusive dos professores de escolas particulares de São Luís.

Em 1985, foi formada uma comissão de oito sindicatos e associações para coordenar as atividades de negociação junto ao governo, cuja base mantinha vínculo empregatício com o Estado (PROFESSORES..., 1985). O movimento dos trabalhadores do setor público do Estado do Maranhão contava nesse mesmo ano com cerca de 20 entidades, o que refletia o nível de insatisfação reinante no meio das diversas categorias, originado pelos baixos salários e o alto custo de vida que deixou marcas muito profundas na história econômica daquele período da retomada democrática do país.

No Dia Nacional de Luta dos Professores Brasileiros, 11 de abril, a Associação dos Professores do Maranhão (APEMA) encaminhou ao governo Luiz Rocha uma carta aberta, em que reivindica o direito da categoria, desfrutar dos seus direitos inalienáveis. Em razão disso, a APEMA solicita o enquadramento ou a reclassificação daqueles professores que estão amparados por lei, no prazo de 30 dias, para que a categoria recupere a confiança nas autoridades constituídas e, assim, possa “ouvir os sinos da Nova República”. (PROFESSORES..., 1985).

A citação acima é o excerto de uma carta aberta enviada pela APEMA ao governador Luiz Rocha. Nessa missiva a associação afirmava que embora o reenquadramento e a reclassificação tanto dos celetistas como dos estatutários fosse um direito líquido, era certo também que havia mais de dois anos não vinham sendo cumpridos, e que há muito tempo a Associação tentava sensibilizar o governador para a “situação esdrúxula em que se encontrava a categoria” (PROFESSORES, 1985). Na matéria, o jornal faz, ainda, alusão ao XVIII Congresso Nacional de Professores e a institucionalização do dia 11 de abril, como o dia nacional de luta por mais verbas para a educação, a efetivação do piso salarial de três salários mínimos, o reajuste trimestral dos vencimentos; sendo também apontada a defesa do Estatuto Nacional do Magistério, as eleições diretas para diretores e delegados de ensino e a imperiosa necessidade de se convocar uma constituinte livre, democrática e

soberana que pudesse pavimentar, com legitimidade política e social, o caminho da redemocratização brasileira.

Também por aqueles dias o Estatuto do Magistério de 1º e 2º grau não era respeitado pelos governantes, subtraindo os direitos da categoria. Por conta disso, a APEMA, em 06 de abril de 1984, enviou um Manifesto em prol da Reformulação do Estatuto do Magistério de 1º e 2º grau; logo em seguida, em 09 de janeiro de 1985, enviou proposta de aumento e reuniões entre a Secretaria de Educação, gabinete do governador e representantes da associação, com a perspectiva que se mostraria, logo depois, malograda de se obter o consenso político que favorecesse o aumento salarial e a valorização social desses trabalhadores da educação pública maranhense.

Apesar disso, a situação precária desses professores se arrastava. No interior do Estado a problemática era maior ainda. Na cidade de São Mateus (distante, 191 km da capital), no dia primeiro de maio de 1985, o Clube de Mães e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade, organizaram uma manifestação pública contra o arrocho salarial. Por ter tomado a palavra e denunciar a difícil condição de trabalho das professoras do ensino público municipal e fazer referência aos baixos salários que recebiam Maria da Cruz Alves, professora do Colégio Municipal Santa Clara, foi demitida de forma autoritária e truculenta pelas autoridades locais. Josefa Doralice Bezerra, presidente do Clube de Mães mobilizou-se junto aos moradores da cidade, realizando um abaixo-assinado contra a atitude repressiva do prefeito Francisco Moraes de Araújo. Frente a esse fato, os moradores de São Mateus, então, indagavam:

[...] O prefeito ainda não entendeu que o tempo de desmando acabou? Que na Nova República não é mais crime manifestar pacificamente o desejo de um salário justo e de uma condigna condição de vida? Que o prefeito acorde: os tempos mudaram e ninguém mais pode perder o emprego porque fala a verdade. (PROFESSORA..., 1985, p. 7).

Os questionamentos da população eram muito pertinentes e a atitude autoritária do prefeito não era um traço exclusivo seu, naqueles

dias, essa era uma postura comum dos governantes e fatos semelhantes eram recorrentes em várias cidades do interior do estado.

Ainda no ano de 1985, ocorreu a primeira e a maior mobilização paredista da categoria de professores públicos do Maranhão. O comando da greve que começou a ser anunciada, no início do segundo semestre, advertiu que o movimento aconteceria com diversas paralisações até ser deflagrado plenamente. Finalmente, em 1º de novembro de 1985, a greve foi decretada com adesão de toda rede de ensino público do Estado, que segundo o Jornal Pequeno, o quantitativo de professores paralisados chegava a 40 mil distribuídos por todo o Estado (COMANDO..., 1985).

De acordo, ainda, com a matéria veiculada pelo Jornal Pequeno, a suspensão da paralisação, ocorrida no dia 15 de novembro, não agradou boa parte do professorado, e teria sido decidida pela promessa de Roseana Sarney, filha do ex-presidente José Sarney, intermediar as negociações entre o Estado e a APEMA.

Além das ações organizadas pela APEMA, outros movimentos grevistas eclodiram em várias instituições da cidade. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Associação de Professores da UFMA (APRUMA), exigia melhores salários e o movimento paredista foi marcado por muitas tensões no campus da universidade, pois, ora contava com o apoio dos estudantes, ora não. Professores do setor privado, por meio do Sindicato dos Trabalhadores da Rede de Ensino Particular (SINTERP), deflagraram greve naquele mesmo período. Os motoristas de ônibus do transporte público também paralisaram suas atividades apresentando sua pauta de reivindicações; dentre várias outras entidades e movimentos sociais que se manifestavam em prol de melhores condições de vida para a população maranhense.

Considerações finais

No momento histórico em que a ditadura militar foi instaurada no país, o Maranhão passava por uma ruptura na política com o encerramento do vitorinismo e início de uma nova era marcada pela ideologia desenvolvimentista apregoada por Sarney. Em seu discurso governamental Sarney procurou atrelar o desenvolvimento econômico

e a modernização do Estado à educação, responsabilizando-a por esse processo de transição que deveria ocorrer entre o Maranhão arcaico e o “Maranhão Novo”.

Para isso, o governo acreditava que modernizar a burocracia estatal e planejar as ações era suficiente para que os projetos obtivessem êxito ao serem executados. O que deu errado? Os planos eram elaborados sem considerar os elementos estruturais da sociedade. No centro das preocupações não estava o desenvolvimento pleno do sujeito, com o oferecimento de condições objetivas e subjetivas para tal finalidade, antes, pelo contrário, as atenções estavam voltadas para o desenvolvimento pleno dos interesses políticos e econômicos dos grupos oligárquicos que haviam se apoderado do controle do estado.

No entanto, a crise econômica, que corroía as finanças do país com o aumento da dívida externa, fez com que o magistério maranhense sofresse não apenas as maledicências perpetradas pelo governo local, mas também as duras consequências das políticas adotadas pelos artífices do regime militar. Motivo que levou os professores da rede pública maranhense a se organizar por meio da Associação de Professores do Estado do Maranhão, como esclarece o jornal *O Imparcial* de 19 de junho de 1977, ao justificar a criação da entidade com o objetivo de “constituir um órgão que de forma coesa, venha defender os interesses da classe” (APEMA, 1976).

As precárias e degradantes condições do sistema educacional público e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em educação são apenas algumas das perversas consequências de décadas inteiras do descaso das autoridades governamentais com a problemática educacional no seio da sociedade maranhense. Por isso é importante que se tenham constituído, em plena vigência da ditadura, associações e sindicatos dos trabalhadores em educação como elos dos movimentos de resistência às políticas do estado autoritário, mas também como porta vozes de uma história que tem sido escrita a contrapelo em defesa da escola pública e gratuita, laica e de qualidade para todos, no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Danusa Mendes. Educação, sindicalismo docente e a retórica da gestão democrática: o caso cearense. In: DAL ROSSO, Sadi et alii. **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2011.

APEMA. Associação de Professores do Estado do Maranhão elege sua primeira diretoria. **O Imparcial**, São Luís, 19 jun. 1976.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: UEMA, 2006.

BAUER, Carlos. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora José Luís, 2012.

BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1982.

CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 46, p. 55-101, 1976.

CÂMARA, Robson. O Sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação ao sindicato. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Brasília, Universidade de Brasília: UNB, 2013.

COMANDO de Greve dos Professores justifica o movimento. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 set.1985.

D'ARAUJO, M. C. **O AI-5**. 2000. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2011.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. "Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva

de sindicalistas". **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **Sindicalismo e proletarização**: a saga dos professores brasileiros. São Paulo: Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo: USP, 1998.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar, 2006.

GINDIN, Julián José. Por nós mesmos. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2011.

GOHN, Maria da Glória M. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 23-38, jan./jun. 2009.

HILSDORF, M.L.S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

KLUMB, Márcia Cristiane Volz. **Gênero e sindicalismo docente**: uma análise a partir da produção publicada na CAPES. 2012. Disponível em:<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/170/809>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MARANHÃO. **Plano de governo 1971/74**: governador Pedro Neiva de Santana. São Luís, 1971.

PROFESSORA demitida por fazer protesto. **O Imparcial**, São Luís, 31 maio 1985.

PROFESSORES vão ao governo e exigem direitos. **O Imparcial**, São Luís, 13 abr.1985.

PROFESSORES agradecem o enquadramento no Estado. **O Imparcial**, São Luís, 15 ago. 1982.

PROFESSORES Lutam pela valorização da profissão. **O Imparcial**, São Luís, 16 fev. 1978.

PROFESSORES pedem melhores salários. **O Imparcial**, São Luís, 16 out. 1979.

RÊSES, Erlando Silva. De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

RUSSO, Miguel Henrique. Escola e paradigmas de gestão ECCOS. **Rev. Cient.**, UNINOVE, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 25-42. 2004.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.